



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
– 1991/1995 –**

Nos dias dois e três de setembro de um mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões do Conselho Nacional de Saúde, ocorreu a Décima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, Período um mil novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. No período da manhã do dia dois de setembro, foi realizado, por deliberação do Plenário em Reunião anterior, uma Painel sobre Política Nacional de Medicamentos. Foram Painelistas, convidados pelo Conselho Nacional de Saúde, os seguintes Senhores: Deputado Federal **Elias Murad**, Conselheiro **Elizaldo Carlini** (Representando a Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos – SOBRAVIME), Doutor **José Eduardo Bandeira de Melo** (Representando a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica – ABIFARMA), Doutor **Mauro Roberto Nahuz Jorge** (Presidente da Central de Medicamentos – CEME), Doutor **Ewerton Vaz** (Presidente da Associação dos Laboratórios Oficiais Brasileiros – ALFOB), o Doutor **Pedro José Baptista Bernardo** (Representando o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento), e o Doutor **João Baptista Risi Junior** (Secretário Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS/MS). Além dos Conselheiros presentes, estiveram também como convidados e debatedores os Doutores **Jose Gomes Temporão** (Diretor do Instituto Vital Brasil), **Jorge Bermudez** (da Fundação Oswaldo Cruz), **Regina Araki** (da Associação dos Farmacêuticos Assessores da Indústria – AFAI), **Dante Alario Junior** (da Associação dos Laboratórios Nacionais – ALANAC), **Lauro D. Moretto** (do SINDUSFARMA). O Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **ADIB D. JATENE**, presidiu o Painel, secretariado pelo Coordenador Geral do Conselho, Doutor **SYLVAIN N. LEVY**. As exposições e debates ocuparam todo o período da manhã e o seu conteúdo consta das fitas magnéticas da gravação, que estarão, após de transcritas, a disposição dos Senhores Conselheiros. No período da tarde, deu-se início oficialmente a Reunião do Conselho. Foi constatada a existência do quorum regimental para que se efetuassem as deliberações. Foram apresentadas as justificativas de ausência dos Conselheiros **Swedenberger do Nascimento Barbosa**, **Carlos Reinaldo de Souza** (para o dia três de setembro). A Ata da Reunião anterior posta em discussão sendo aprovada sem correções. Os **Temas 01 e 02** da Pauta foram transferidos, a pedido, para o segundo dia de Reunião. O **Tema 03**, que tratava da “*Revogação de Artigos dos Decretos numero vinte mil novecentos e trinta e um, de onze de janeiro de um mil novecentos e trinta e dois e de numero vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e dois, de vinte e dois de junho de um mil novecentos e trinta e quatro*”, por proposta do Relator, o Conselheiro **Mário Cardoso**, foi adiado para a Reunião de Outubro de um mil novecentos e noventa e dois. Passou-se ao **Tema 04**, sobre as Recomendações da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Saúde. Foram apresentadas quatro Recomendações da Comissão. A primeira dizia respeito à instituição de Suplentes nas Comissões Técnicas e Intersetoriais, a exemplo dos membros do Conselho. O Plenário aprovou essa Recomendação e deliberou que a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde elaborasse Resolução do Conselho Nacional de Saúde modificando o Regimento Interno do Conselho nesse sentido que devesse ser apresentada na próxima Reunião. A Resolução número dois de um mil novecentos e noventa e dois recomendava ao Plenário a indicação da Doutora **Joana Azevedo da Silva** e Doutora **Maria Auxiliadora Cordova Cristofaro** respectivamente como Coordenadora e Secretária da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos. O Plenário aprovou as indicações. A Recomendação número três de um mil novecentos e noventa e dois dizia respeito à proposta de que o Ministério da Saúde convocasse uma Conferência Nacional de Recursos Humanos. O Plenário deliberou que se aguardasse o Relatório Final da IX Conferência Nacional de Saúde, que já propõe a realização dessa Conferência específica. A Recomendação número quatro de um mil novecentos e noventa e dois tratava de que as resoluções do Comitê Executivo de Integração Ensino-Serviço, criado através de Portaria Interministerial numero novecentos e vinte e cinco de um mil novecentos e noventa e dois, do Ministério da Educação e Ministério da Saúde, passassem previamente pela análise da Comissão de Recursos Humanos, antes de serem apreciadas pelo Conselho Nacional de Saúde. O Plenário deliberou que essa Recomendação estava prejudicada por que esse Comitê não está vinculado ao Conselho Nacional de Saúde e é um organismo

ligado diretamente aos Ministérios em questão. O Doutor **SYLVAIN N. LEVY**, Coordenador Geral do Conselho, tendo em vista questões de oportunidade propôs que fosse discutida Recomendação da Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente, o que foi aceito. A Recomendação de número um de hum mil novecentos e noventa e dois dessa Comissão foi aprovada por unanimidade e a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde encarregada de encaminhá-la ao Congresso Nacional. A Recomendação de número um de hum mil novecentos e noventa e dois da Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente está em anexo a essa Ata (Anexo nº 01). Passou-se ao **Tema 05**, que tratava de Parecer sobre a proposta de Comissão de Integração Terapêutica da Associação de Terapeutas Naturistas do Brasil, cuja Relatora foi a Conselheira **Zaira Campedelli Galante**. O Plenário, após debater o assunto, optou em voltar a discutir o Tema na próxima Reunião. O Conselheiro **Edmundo Juarez** ficou encarregado de relatar o Tema. A Conselheira **Jacqueline Fonseca** sugeriu a realização de um Painel, em uma das próximas Reuniões, sobre Medicina Alternativa e Integração Terapêutica, com o que o Plenário concordou. Em relação ao **Tema 06**, sobre a Ata de Reunião do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde com a Associação Brasileira de Médicos Assessores da Indústria Farmacêutica, por solicitação do Relator, Conselheiro **Thiers Ferreira**, ficou adiado para Reunião de outubro do corrente ano. Passou-se ao **Tema 07**, que tratava de Projeto de Lei que torna obrigatório a realização de uma aula sobre “**Noções Básicas de Prevenção das Doenças Cardiovasculares**”, nas escolas públicas de primeiro e segundo grau. Foi escolhido o Conselheiro **Ernani Aboim** como Relator, que deverá apresentar o Parecer na próxima Reunião. O **Tema 08** dizia respeito a solicitação do Conselho Federal de Medicina Veterinária no sentido de sua inclusão nas Comissões Intersetoriais de Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia e na Alimentação e Nutrição. Foi deliberado que o assunto será estudado pelo Plenário do Conselho e que a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde deverá informar ao Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV que o Tema está em análise. O **Tema 09** tratava de Processo de denúncia sobre irregularidades no Sistema Único de Saúde no Maranhão. O Plenário escolheu o Conselheiro **Leilton P. Guedes** como Relator, com Parecer a ser apresentado na próxima Reunião. Passou-se ao **Tema 10**, sobre as Recomendações da Comissão Técnica de Atuação Profissional na Área de Saúde – CT/APAS. A Recomendação número um de hum mil novecentos e noventa e dois tratava do mesmo assunto que o Tema Especial I, incluído na Pauta da Reunião, levando o Plenário a decidir que a mesma será apreciada quando se discutir o Tema citado (Revogação da Portaria número trezentos e dezesseis de hum mil novecentos e setenta e sete). A Resolução número dois de hum mil novecentos e noventa e dois, que tratava da inclusão dos cursos de Biologia, Medicina Veterinária e Serviço Social na relação dos cursos elencados no item número três da Resolução número dezessete de hum mil novecentos e noventa e um, do Conselho Nacional de Saúde. Dessa forma, a criação de novos cursos nessas três áreas deveria passar obrigatoriamente pela chancela do Conselho Nacional de Saúde. O Plenário do Conselho deliberou que a solicitação não estava suficientemente justificada e que a Resolução deveria retornar a Comissão Técnica de Atuação Profissional na Área de Saúde – CT/APAS para maiores esclarecimentos e justificativa mais completa. O **Tema 11** tratava de denuncia encaminhada ao Conselho Nacional de Saúde sobre distorções que estariam acontecendo na Faculdade de Medicina de Teresópolis, Rio de Janeiro. Os Conselheiros decidiram que a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde oficiasse ao Conselho Federal de Educação, encaminhando o Processo com a denuncia recebida, para apuração, e propondo a criação de uma Comissão Mista entre o Conselho Federal de Educação e o Conselho Nacional de Saúde para analisar o assunto (Anexo nº 02). O Conselheiro **Ernani Aboim** ficou encarregado de obter maiores informações a respeito. O **Tema 12** tratava do Credenciamento de Centros de Pesquisa em Seres Humanos. Foi informado as dificuldades de mobilização de consultores, na medida em que o Ministério da Saúde, como órgão do Serviço Publico Federal, não pode pagar diárias para os consultores viajarem. O Conselheiro **Edmundo Juarez** propôs que o Ministério da Saúde estudasse alguma forma de convenio ou repasse de recursos para outras instituições que pudessem legalmente financiar as viagens dos consultores. O Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Doutor **ADIB D. JATENE** informou, então, que o Gabinete do Ministro vai estudar formas legais de resolver a questão e ate a próxima Reunião o assunto devera estar resolvido. O **Tema 13**, sobre a criação de Comissão Intersetorial de Saúde Integral da Mulher, que tinha como Relator o Conselheiro **Jocélio H. Drummond**, foi passado para Reunião de Outubro próximo. O **Tema 14**, sobre proposta para que o Ministério da Saúde não pague acima de vinte por cento de Cesarianas realizadas em hospitais credenciados e/ou conveniados, com o Conselheiro **Nelson Seixas** como Relator, também ficou para a próxima Reunião do Conselho. O **Tema 15**, tratando de proposta para o Ano Internacional da Família, com o Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** como Relator foi adiado para Outubro de hum mil novecentos e noventa e dois. O **Tema 16**, que consistia em Proposta da Organização Nacional dos Deficientes Físicos – ONEDEF, sobre a responsabilidade pela reabilitação do portador de deficiência física, foi discutido no Plenário e proposto que se realizasse, em uma das

próximas Reuniões, um Painel sobre o assunto abrangendo a todos os tipos de deficiência. O **Tema Especial 1**, sobre a “**Revogação da Portaria numero trezentos e dezesseis de hum mil novecentos e setenta e sete**”, que tem como Comissão Relatora os Conselheiros **Thiers Ferreira, Mansur José Mansur e José da Silva Guedes**, foi adiado para a próxima Reunião, quando será discutido o Parecer dos Relatores. Para o **Tema Especial II**, sobre a Resolução do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS de numero duzentos e oitenta e três de hum mil novecentos e noventa e um, foi distribuído todo o material e pareceres já entregues e constituintes de processo da Comissão Relatora composta dos Conselheiros **Mozart de Abreu e Lima, Ivo Fortes dos Santos e Francisco U. Dellape** para apresentar sobre o Tema na próxima Reunião. Passou-se ao **Tema 01**, que tratava da IX Conferencia Nacional de Saúde. O Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros**, Coordenador da Comissão Organizadora da Conferencia, agradeceu o apoio do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde para que o evento se realizasse e tivesse êxito. Agradeceu também o apoio dos Senhores Conselheiros. Historiou as etapas municipal, estadual e nacional da Conferencia, os aspectos democráticos da realização do evento e distribuiu e leu “**Nota da Coordenação da Comissão Organizadora da IX Conferencia Nacional de Saúde ao Conselho Nacional de Saúde**”, que trazia resumo das resoluções da Conferencia. Solicitou dos Conselheiros avaliação da IX Conferencia e explicou os prazos para divulgação dos Relatórios e Anais. Os Conselheiros **Nelson Seixas, Ana Maria Barbosa e Francisco A. V.Nunes** registraram os problemas e dificuldades na realização do Painel Específico sobre deficiências, inclusive em relação ao local de realização do Painel, que era de déficit acesso aos portadores de deficiências físicas. A Conselheira **Ana Maria Barbosa** ressaltou a participação de cerca de vinte e cinco deficientes físicos como delegados ou participantes na Conferencia, inclusive na elaboração dos relatórios. Vários Conselheiros se pronunciaram no sentido da importância do apoio e vontade política do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Doutor **ADIB D. JATENE** para a realização da IX Conferencia Nacional de Saúde. A Conselheira **Zilda A. Neumann** parabenizou o Conselheiro **José Eri. O. de Medeiros** e a equipe de coordenação pela realização da Conferencia. O Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** se pronunciou sobre a Conferencia colocando que não fazia nenhum reparo a organização, realização, importância e questões discutidas na mesma. Contudo considerou que houve certos desrespeitos ao pronunciamento e pensamento de minorias, caracterizando um certo cerceamento do direito de todos exporem suas idéias e divergências. Os jornais e publicações da IX Conferencia não interpretaram corretamente o pronunciamento de expositores, Conselheiros ou dirigentes do Ministério da Saúde. Houve destaques para alguns expositores em detrimento de outros, caracterizando certa parcialidade das publicações. Considerou também que não houve, por parte da Comissão Organizadora, a afirmação da importância e apoio do Conselho Nacional de Saúde para realização da IX Conferencia Nacional de Saúde. Esse apoio foi somente ressaltado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde. Afirmou que a Conferencia teve grande importância e foi um avanço na participação popular e nas discussões das questões de saúde, mas, esse avanço não pode ser desrespeitoso, com vaías que impeçam as minorias e as posições divergentes se apresentarem. O Conselheiro **Ernani Aboim** manifestou-se em apoio as colocações do Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima**. O Conselheiro **Thiers Ferreira** solicitou que constasse em Ata sua manifestação de respeito pelo posicionamento do Conselheiro **Carlos Eduardo Ferreira** na Conferencia, defendendo suas posições apesar das manifestações contrárias, O Conselheiro **Francisco U. Dellape** parabenizou o Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde pela realização e participação na IX Conferencia e pela presença constante do Ministro e da equipe do Ministério da Saúde no evento. Considerou que o Setor Privado de Serviços de Saúde participou condignamente e defendeu suas posições mesmo em condições adversas. Apoiou o Conselheiro **Ernani Aboim** considerando também despropositada a manifestação final do Relatório Parcial apresentado pelo Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros**, com a palavra de ordem política “**Fora Collor**” que, a seu ver não cabe em uma Conferencia especifica do Setor Saúde. O Conselheiro **José Eri O. de Medeiros** afirmou não concordar com a afirmação do Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** no sentido de que a Comissão Organizadora se omitiu em relação ao apoio do Conselho Nacional de Saúde e que enviara o texto escrito de seu pronunciamento na solenidade de Abertura ao Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima**, onde destacou o papel e apoio ao Conselho Nacional de Saúde para a IX Conferencia. Destacou também o papel do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS, entidade a que preside, em prol da criação do Conselho Nacional de Saúde. Sobre os jornais e publicações da Conferencia, afirmou que procurou-se ouvir todos os segmentos presentes e envolvidos, democraticamente. O Excelentíssimo Senhor Ministro **ADIB D. JATENE** se pronunciou afirmando que antes de ser Ministro, ainda como Conselheiro, sempre defendeu a realização da IX Conferencia Nacional de Saúde, tendo inclusive subscrito, no ano passado, nota do Conselho Nacional de Saúde nesse sentido. Falou sobre o caráter democrático do atual momento em que mesmo com todos aspectos da crise política, as instituições estão funcionando normalmente e o

País também esta funcionando. Por isso a IX Conferencia pode se realizar sem problemas. Afirmou seu respeito à participação democrática de todos os segmentos e o respeito às minorias e direito a divergências. A maioria, afirmou, não precisa cercear ou impedir as posições diferentes. Quando se tenta impedir dos outros falarem, e uma forma autoritária de uma maioria eventualmente reunida se pronunciar. Tem que se deixar falar e ouvir os contrários e depois exercer o direito de discordar e votar de acordo com suas posições. Considerou ainda que o País esta caminhando cada vez mais para um processo democrático e reafirmou que o País esta andando, apesar das crises. Em relação aos resultados da Conferência, tanto o Ministério da Saúde quanto o Conselho Nacional de Saúde vão aguardar seu Relatório Final e suas recomendações, que serão analisadas pelos Conselheiros, encaminhadas para as Comissões Técnicas e Intersetoriais para avaliação e análise, recebendo depois pareceres do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde. Encerrada as discussões sobre a IX Conferência Nacional de Saúde, passou-se ao **Tema 02**, que tratava da Política Orçamentária do Ministério da Saúde para hum mil novecentos e noventa e três. O Senhor Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Doutor **JOSÉ CARLOS SEIXAS**, fez apresentação da Proposta Orçamentária e distribuiu aos presentes os documentos contendo essa Proposta. O Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Doutor **ADIB D. JATENE** apresentou também varias questões a respeito da Política Orçamentária proposta para hum mil novecentos e noventa e três. O Conselheiro **Jose da Silva Guedes** informou que a Câmara Federal, por voto de liderança, aprovou a utilização, sob a forma de empréstimo de recursos do FAT para o Ministério da Saúde e apresentou os votos de agradecimento do Ministério da Saúde a Câmara e aos diversos partidos políticos e lideranças partidárias pelo fato. A Conselheira **Zilda A. Neumann**, por ter que se retirar devido a outros compromissos deixa consignado seu voto a favor da Proposta Orçamentária apresentada. O Conselheiro **Carlos Reinaldo de Souza** perguntou se vai faltar recursos para pagamento de AIHs em hum mil novecentos e noventa e três. O Conselheiro **Jose da Silva Guedes** explicou que já estão faltando recursos nesse ano corrente de hum mil novecentos e noventa e dois e que, certamente, a escassez de recursos vai continuar em hum mil novecentos e noventa e três. O empréstimo do FAT, em torno de cinco trilhões de cruzeiros, vai cobrir uma parte desse déficit. O Excelentíssimo Ministro **ADIB D. JATENE** colocou que será necessário negociar bem a atual proposta orçamentária com o Congresso para que pelo menos se consiga esses recursos previstos. O Conselheiro **Jocélio H. Drummond** propôs que o Plenário do Conselho Nacional de Saúde aprovasse Resolução não aprovando essa Proposta Orçamentária, por julgá-la insuficiente, como forma de pressionar o Congresso por mais recursos para a Saúde. O Doutor **JOSÉ CARLOS SEIXAS** considerou que a rejeição pura e simples, pelo Conselho Nacional de Saúde, da Proposta Orçamentária não vai ajudar a negociação. Que deveria se fazer uma intervenção junto ao Congresso no sentido de melhorar o Orçamento para hum mil novecentos e noventa e três. O Ministério da Saúde esta colocando o seu déficit real para poder negociar melhor a Proposta. O Conselho Nacional de Saúde poderia fazer uma análise critica da Proposta Orçamentária no sentido de negociar mais recursos que cubram esse déficit. O Conselheiro **Carlos Eduardo Ferreira** propôs que se aprovasse a Proposta Orçamentária, mas com ressalvas, deixando registradas essas ressalvas para que se possa negociar e sensibilizar o Congresso. Lembrou também uma proposta de Reunião anterior no sentido que o Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima**, como representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, fizesse uma exposição sobre diretrizes e questões orçamentárias para melhor compreensão dos Conselheiros que não são especialistas no assunto, ajudando aos Conselheiros acompanharem o desempenho orçamentário-financeiro do Ministério da Saúde. Outra proposta lembrada pelo Conselheiro foi a da realização de um Painel sobre Financiamento do Setor Saúde. O Excelentíssimo Ministro **ADIB D. JATENE** propôs que em vez de rejeitar a Proposta Orçamentária, o Conselho Nacional de Saúde colocasse que a Proposta e insatisfatória e solicitando que o Orçamento seja complementado pelo Congresso. O Plenário estabeleceu uma Comissão para apresentar ate o final da Reunião uma proposta de nota do Conselho Nacional de Saúde sobre o assunto, composta dos Conselheiros **Jocélio H. Drummond**, **Mozart de Abreu e Lima** e do Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Doutor **JOSE CARLOS SEIXAS**. A proposta foi apresentada posteriormente e aprovada com os votos dos presentes e a abstenção do Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima**. A nota, em forma de Moção, esta anexa a essa Ata (Anexo nº 03). O Plenário deliberou que a Moção seria enviada ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente da Câmara de Deputados e aos Presidentes das Comissões de Orçamento e de Seguridade Social. Em seguida, por sugestão de representantes do Conselho Nacional das Associações de Moradores – CONAM, foi discutido e aprovado a realização, na próxima Reunião do Conselho Nacional de Saúde, de um Painel sobre Fontes de Financiamento para o Setor Saúde – atuais e alternativas. A Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde ficou encarregada de organizar o referido Painel. Em seguida, informou-se da presença de dois membros do CONDEFAT, as lideranças sindicais **Willy Fischer** (da Força Sindical), **Ivan Guimarães** (da Central Única dos Trabalhadores), do representante do Departamento Nacional de Emprego (responsável pelo

FAT) do Ministério do Trabalho e Administração Federal, o Doutor **Luiz Fernando Tallarico** e do Doutor **Aurélio** (Assessor Parlamentar do Deputado **Jose Serra**). O Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Doutor **ADIB D. JATENE**, introduziu a questão e explicou a proposta do Ministério da Saúde de tomar empréstimo de recursos do FAT para cobrir emergencialmente o déficit no seu orçamento, devido entre outras coisas, a queda da arrecadação do FINSOCIAL. O Plenário discutiu amplamente a questão, com a participação dos membros do CONDEFAT e outros convidados. Os representantes do CONDEFAT colocaram a necessidade de haver uma participação conjunta dos dois Conselhos (Conselho Nacional de Saúde e CONDEFAT), principalmente no que tange a utilização dos recursos financeiros do FAT, sendo fundamental que o Ministério da Saúde, através do Conselho Nacional de Saúde, informe mensalmente das necessidades e destino dos recursos emprestados ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS. O Excelentíssimo Senhor Ministro **ADIB D. JATENE** reiterou suas concepções de que ***“quem arrecada deve dizer como arrecada e quais as fontes, quem aplica deve explicar onde aplica e como, e quem paga deve controlar a utilização dos recursos”***. Concluiu dizendo acreditar haver um consenso em torno das idéias expressas pela representação dos trabalhadores no CONDEFAT, e que não via nenhum obstáculo a elas. Em função de outros compromissos pediu licença para se retirar e solicitou que o Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde continuasse a discussão dos assuntos em pauta. Concluiu-se a discussão em torno dos recursos do FAT e, por solicitação do representante do Ministério do Trabalho e Administração Federal, a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde deveria encaminhar cópia dessa Ata aquele Ministério. Como mais nada foi levantado, deu-se por encerrada a Décima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, Período hum mil novecentos e noventa e um a hum mil novecentos e noventa e cinco, e estiveram presentes e assinaram o Livro de Presenças os seguintes Conselheiros (ou seus respectivos Suplentes): **Mozart de Abreu e Lima, Jose da Silva Guedes, Antonio Carlos Parlatore, José Eri Osório de Medeiros, Jocélio H. Drumnond, Jacqueline Fonseca, Hilário Gottselig, Francisco U. Dellape, Paulo Sergio Barbanti, Zilda A. Neumann, Ivo Fortes dos Santos, Carlos Reinaldo de Souza, Mário Cardoso Filho, Thiers Ferreira, Elísio Nunes Ribeiro, Chafic Wady Farhat, Carlos Eduardo Ferreira, Leilton Pereira Guedes, Francisco A. V. Nunes, Nelson Seixas, Zaira Campedelli Galante, Ana Maria Lima Barbosa, João Guerra de Castro Monteiro, Elizaldo Carlini, Edmundo Juarez, Ernani Aboim, Gileno G. Marcelino.** FIM.